

Uma análise histórica sobre a variação da língua portuguesa – suas representações e seus usos

Fábio André Cardoso Coelho¹
Janine Silva²

Resumo: Neste artigo, objetivamos analisar a variação da língua portuguesa, numa perspectiva diacrônica e comparativista, a partir das definições de alguns linguistas e dicionaristas, e apontar alguns usos variacionais. O trabalho está dividido em três partes: a primeira destina-se à relação das concepções de língua com os modos de ensino (prescritivo, descritivo, produtivo), situando a questão nos contextos linguísticos atuais; a segunda volta-se para uma abordagem analítico-histórica da variação, destacando as perspectivas de cada autor escolhido em relação ao tema; na terceira, temos um tratamento dado à variação e algumas ocorrências na língua, evidenciando um comportamento linguístico-variacional recente. Para esse estudo, trazemos à luz os registros conceituais de Dubois et al (1973), Mattoso Câmara Jr. (1986), Orlandi (2012), Azeredo (2002; 2018) e outros. De uma forma geral, constatamos que os pesquisadores deixam seus registros, seus conhecimentos acerca da variação e puderam/podem nos auxiliar em pesquisas sobre o assunto em questão.

Palavras-chave: Variação. História. Representações. Usos.

A historical analysis of the variation of the Portuguese language - its representations and uses

Abstract: In this article, we aim to analyze the variation of the Portuguese language, from a diachronic and comparative perspective, based on the definitions of some linguists and lexicographers, and to point out some variational uses. The work is divided into three parts: the first is dedicated to the relationship between the conceptions of language and the teaching methods (prescriptive, descriptive, productive), situating the issue in current linguistic contexts; the second focuses on an analytical-historical approach to variation, highlighting the perspectives of each chosen author in relation to the theme; in the third, we have a treatment given to variation and some occurrences in the language, evidencing a recent linguistic-variational behavior. For this study, we bring to light the conceptual records of Dubois et al (1973), Mattoso Câmara Jr. (1986), Orlandi (2012), Azeredo (2002; 2018) and others. In general, we found that researchers leave their records, their knowledge about variation and were/can help us in research on the subject in question.

Keywords: Variation. History. Representations. Uses.

Primeiras palavras

Considerando a importância da análise dos aspectos das línguas, no tocante às perspectivas e abordagens interpretativas dos seus fatos e fenômenos, destacamos, nesse estudo, como objetivo central, a variação da língua portuguesa. Para tanto, entendemos ser importante

que se faça um breve panorama preliminar das concepções de linguagem na sua relação com os modos de ensino da língua materna para situar a problemática em seus possíveis contextos linguísticos.

Muitos autores, certamente, já trataram da relação existente entre as concepções de linguagem e a dimensão do valor social que ela assume na vida do homem bem como qual a prática docente deve ser operacionalizada na esfera escolar. De fato, cada concepção ou princípio é que imprime a direção, o objetivo daquilo que constitui o núcleo do estudo da língua e, conseqüentemente, quais as suas implicações pedagógicas nas salas de aula. Segundo Travaglia (2006), as concepções de língua/ linguagem alteram em muito o modo de estruturar o trabalho com a língua em termos de ensino, já que elas determinam o que e como ensinar. Nesse sentido, para Koch (2007), a linguagem tem sido concebida, no percurso dos estudos linguísticos, de três formas principais:

- 1- Como representação lógica do pensamento;
- 2- Como instrumento de comunicação;
- 3- Como lugar de interação.

Na primeira concepção, a função da língua é representar pensamento humano dentro dos princípios da chamada lógica formal. Nessa perspectiva, para o ensino, interessa mais a correção do processo de raciocinar do que a finalidade com que o raciocínio é enunciado. Por isso, segundo essa vertente, o contexto de produção, a ideologia, a história, a identidade do sujeito, tudo isso não exerce nenhum tipo de influência na linguagem, pois não se leva em consideração as circunstâncias extralinguísticas que fazem parte da situação comunicativa.

Para Orlandi (2012), como os defensores dessa primeira concepção consideram que a língua é regida por princípios gerais que são racionais, eles passam a exigir dos usuários clareza e precisão no uso da linguagem, buscando atingir a uma língua ideal. Dessa forma, essa percepção de linguagem desencadeou um tipo de ensino que privilegia apenas um único uso da língua. Nesse contexto, a abordagem principal do ensino de língua portuguesa era **o prescritivo**, ou seja, os estudos tradicionais se apoiavam na ideia de que os falantes que não conseguissem se expressar, dentro do que comumente foi chamado de “certo” e “errado”, não sabiam pensar. Assim, havia ainda o predomínio de uma gramática normativa (prescritiva) que era vista como um conjunto de regras que devia ser seguido e qualquer aspecto que fugisse desse padrão, seria considerado inadequado, errado e deveria ser corrigido.

Já na segunda concepção de língua, considerada como código, através da qual um emissor comunica a um receptor determinadas mensagens, a sua função era transmitir informações ao interlocutor. Aqui, a função principal da língua não é mais representar o pensamento, mas sim transmitir as informações. Dessa forma, a função representativa da linguagem passa a ser a fundamental. Nesse ponto do processo histórico, é que nasce o comumente se chama de estruturalismo, tendo Saussure como figura principal da sua edificação. Uma outra característica dessa concepção de linguagem é ver o código como uma estrutura imanente capaz de explicar-se por si própria. Trata-se, então, de uma visão homogênea e a-histórica da língua, que a estuda segundo uma perspectiva formalista – que limita esse estudo do funcionalismo interno da língua – e que “a desvincula de suas características mais importantes, ou seja, de seu aspecto cognitivo e social” (MARCUSCHI, 2008, p. 60). Essa visão tem privilegiado o modo de **ensino descritivo** porque vê o estudo da língua enquanto código virtual, isolado de sua utilização.

Por último, a terceira concepção vê a língua como atividade, como forma de ação, de agir no mundo, pela “produção de sentido entre interlocutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto sócio-histórico e ideológico” (TRAVAGLIA, 2006, p. 13). Ao contrário das duas concepções vistas acima, a visão interacional/dialógica leva em consideração os elementos constitutivos da interação social: o sujeito, o contexto, a situação comunicativa, a história e a ideologia. Em consequência, essa perspectiva, por sua vez, visa desenvolver a competência comunicativa do falante, incentivando a produção e o uso criativo da língua em diferentes contextos. Desse modo, privilegia-se o **ensino produtivo**, que tem por objetivo ensinar novas habilidades linguísticas aos sujeitos da língua, sem alterar os padrões já adquiridos, mas aumentando os recursos que possui para o devido uso em diversas situações comunicativas. Isso significa assumir que o professor deve desenvolver o ensino produtivo da língua, abrindo espaços para as variedades linguísticas presentes nos mais diversos tipos de texto, dando, assim, a oportunidade de o aluno usar a língua em variadas circunstâncias de comunicação que a vida exige.

Reforçando o que foi dito até aqui, preferimos um ensino produtivo, visto que ele compreende a língua como uma soma de variedades linguísticas e seus falantes pertencentes a diferentes sociais. Contudo, a adoção de um componente de um ensino de língua não exclui o outro. Em se tratando do ensino produtivo propriamente dito, como pontua Coelho (2017, p.124) “entendemos que esse se realiza por extensão dos anteriores”. Ainda de acordo com o

autor, “cabe ao professor de língua portuguesa adequar cada tipo de ensino aos objetivos propostos em suas aulas”.

Até aqui, debatemos, de forma geral, a respeito das concepções dos modos de ensino e de linguagem que podem influenciar no trabalho de língua materna, sobretudo, quando a temática é variação linguística, suas representações e seus usos.

Um olhar analítico-histórico da variação - algumas representações

Por muito tempo, o ensino de língua portuguesa esteve vinculado ao fazer pedagógico excludente, no qual se privilegiava a norma culta – estabelecendo conceitos de “certo” e “errado”, desprezando, portanto, o meio social em que a língua era usada. Essa realidade, contudo, vem, aos poucos, modificando-se graças aos estudos da Sociolinguística. Para esse pensamento linguístico, a língua é uma instituição social e, exatamente por isso, não deve ser estudada como uma estrutura autônoma, sem levar em consideração o contexto, a cultura, a situação real de uso, a história dos falantes que a utilizam como forma de interação.

É importante observar que a partir do momento em que o contexto sócio-histórico-cultural é levado em conta, a língua passa a não ser vista apenas como um bloco monolítico constituído de apenas um dos seus usos – o padrão – mas como objeto que se constrói em cima de uma legião de falares espontâneos. Essa espontaneidade faz com que superemos a noção de erro e desvio, evitando o chamado *preconceito linguístico*. Sobre os falares espontâneos, esses incluem a análise respeitosa dos usos das chamadas populações desfavorecidas quem, a partir de seus registros, mostram-se tão comunicativos quanto o chamado uso padrão, apesar de possuírem suas idiossincrasias. O que estamos tentando dizer com isso é que o pleito da existência da variação linguística faz parte do discurso da inclusão e do respeito às diferenças, fazendo emergir a já bem discutida e conhecida questão do preconceito linguístico. Isso vem abalar o discurso do *certo e errado* preconizado pelos estudos normativos. Batista da Silveira e Machado Vieira (2015), para mostrarem esse abalo da polaridade *certo e errado* dos estudos normativos, evidenciam que, se tratarmos a língua como espaço de variação, algumas construções sintáticas, como “Eu vi ele”, têm legitimidade na língua, ainda que não sejam respaldadas pela gramática normativa. Isso acontece porque, ao se perceber a variação, pode-

se chegar à conclusão de que “Eu vi ele” é tão eficazmente comunicativo quanto o seu correspondente gramaticalmente legitimado “Eu o vi”. Na esteira do pensamento das autoras, isso se dá porque “alguns autores não consideram que uma das funções da língua consiste em estabelecer comunicação e, assim sendo, somente constitui ‘erro’ aquilo que é ininteligível ao entendimento” (Batista da Silveira e Machado Vieira (2015, p.15) como, por exemplo, *Uma João casa comprou nova*, em que o sentido da oração fica comprometido e pode não ser compreendido adequadamente.

Reforçando o que já de alguma forma falamos anteriormente, segundo Orlandi (2012), a Sociolinguística vê a linguagem como reflexo das estruturas sociais, isto é, é o tipo de relação com o meio social que causa a ocorrência de determinadas formas linguísticas em detrimento de outras. Isso significa que não se pode pensar a língua sem pensar a variação, por ser ela uma propriedade natural. Por isso, para Mattos e Silva (2007), ao descrever as características das línguas, os linguistas geralmente destacam a variação. Ainda para a autora, esse conceito-chave integra uma família semântica de grande relevância teórica e aplicada, composta pelo seguinte pentágono: variação, variedade, variável, variante e valor.

A partir daqui, partimos dessa visão de Mattos e Silva (2007) sobre variação, para abordarmos como alguns pesquisadores trataram/tratam esse fenômeno linguístico, ao longo da história dos estudos linguísticos. Há de se considerar que muitos já se debruçaram em detalhar e buscar as especificidades dessa questão variacional, mas elencamos apenas alguns autores, por considerarmos sua abrangência teórica e suas presenças consensuais em pesquisas sobre o tema. Sendo assim, trazemos para esse estudo: Dubois et al (1973), Mattoso Câmara Jr. (1976) e Azeredo (2002; 2018). Antecipamos que cada autor tem uma visão muito particular sobre a variação e tentaremos expor alguns aspectos que consideramos relevantes no tratamento teórico dado por cada um deles.

Partimos de Dubois et al (1973) e verificamos que, em seu Dicionário de Linguística, os autores apontam os verbetes **valor**, **variação**, **variante**, **variável** e **variedade**, sendo que, para este último, apenas registram: “Variedade é uma variante *ligada*” (p. 610). Para **valor**, encontramos o seguinte registro:

Chama-se valor linguístico o sentido de uma unidade definida pelas posições relativas dessa unidade no interior do sistema linguístico. O valor se opõe à significação definida pela referência ao mundo material (a substância). Assim,

as moedas, as "notas" e os cheques são manifestações diferentes de um só e mesmo valor; da mesma forma, as unidades linguísticas permanecem as mesmas, sejam quais forem os sons que as representem; eles conservam o mesmo valor, quer sejam realizados foneticamente, quer graficamente. F. Saussure utilizou a imagem do jogo de xadrez para fazer compreender a noção de valor linguístico; uma peça do jogo, a rainha, por exemplo, é definida essencialmente pela sua posição nas regras do jogo; esse "valor" pode ser assumido por formas materiais diversas. (p. 609)

Percebemos que os autores chamam a atenção para o fato de o **valor** ser encarado com uma significação imaterial, algo que está muito mais no plano da sua representação. Sobre as unidades da língua, o valor é único e isso se concretiza na sua realização fonética e gráfica, mas se manifesta de forma diferente, por exemplo, em sua expressão semântica. Na língua portuguesa, as palavras estão postas e seus usos e contextos nos revelam o valor que é assumido em cada aparição.

Sobre a **variação**, os autores apontam que:

Chama-se variação o fenômeno no qual a prática corrente, uma língua determinada não é jamais, numa época, num lugar e num grupo social dados, idêntica ao que ela é noutra época, em outro lugar e em outro grupo social. A variação diacrônica da língua dá lugar aos diversos trabalhos de gramática histórica; a variação no espaço fornece seu objeto à geografia* linguística e à dialetologia no sentido corrente do termo; a sociolinguística se ocupa da variação social. (p. 609)

O termo **variação** aqui muito nos interessa, pois nos leva a pensar nos registros linguísticos feitos e que variam de acordo com a sua situação de uso, levando em conta o lugar, a época e as pessoas dos atos comunicativos. A variação pode ser entendida, num plano macro, como as formas representacionais da língua se manifestam, tendo em vista que há elementos externos a ela que contribuem para evidenciar os usos e as nuances que se estabelecem em cada conversa, em cada possibilidade de concretização dialógica.

Em relação ao termo **variante**, os autores se estendem na sua conceituação. Optamos por apontar uma observação que consideramos importante e legítima para o entendimento da expressão:

Se duas unidades linguísticas (fonema ou morfema) figuram no mesmo ambiente (fonológico ou morfológico) e se elas podem ser substituídas uma pela outra sem que haja uma diferença no sentido denotativo da palavra ou da

frase, então os dois fonemas ou os dois morfemas são variantes livres de um fonema ou de um morfema único; diz-se também variante estilística.

De acordo com L. Hjelmslev, a variante é uma forma de expressão diferente de outra quanto à forma, mas que não acarreta mudança de conteúdo em relação a essa outra. As variantes podem ser ligadas, isto é, condicionadas pela vizinhança, ou livres. (p. 609-610)

No caso das variantes livres, podemos dizer que são alofones (unidade que se relaciona à manifestação fonética de um fonema) que não dependem do contexto. Temos, por exemplo, a palavra "camada" em que ocorre a alternância da vogal oral e nasal em posição pretônica (palavras não-derivadas): [ka'mada] - [kã'mada]. São dois segmentos em variação livre ocorrendo no mesmo ambiente, sem prejuízo de significado. Temos, assim, a dupla possibilidade de pronúncia. Segundo os autores, essa variante também pode ser chamada de estilística. Isso porque, de forma geral, ela considera o contexto da interação social e leva em consideração o ambiente e as expectativas dos interlocutores.

Entendemos que, na visão de Hjelmslev, as variantes são correspondentes de substituição mútua, ou seja, são termos que podem ser comutados entre si. Nesse caso, as palavras possuem formas diferentes, mas apresentam grande potencial de correspondências semânticas. Os exemplos das expressões "pobre", "indigente", "escasso" e "faltante" nos dão a medida dessa possibilidade semântica existente entre as palavras e as situações de uso. Na verdade, são os contextos que se encarregarão de nos oferecer a percepção em maior grau ou menor grau dessas equivalências significativas.

Para **variável**, há o seguinte registro, no Dicionário (1973): "Denomina-se variável uma quantia suscetível de tomar diferentes valores. Por exemplo, pode se considerar o SN (sintagma nominal) como uma variável capaz de tomar diferentes valores: Eu, Pedro, a criança, etc." (p. 610)

Parece-nos que o termo variável corresponde às classificações linguísticas de determinados agrupamentos possíveis dentro do sistema da língua. Assim como o SN (sintagma nominal), pensamos, como outros exemplos, o predicativo, o substantivo, em que em suas posições paradigmáticas nos possibilitam realizar escolhas lexicais de diferentes valores para produção de sentenças estruturalmente idênticas.

Mattoso Câmara Jr, em seu Dicionário de Linguística e Gramática (1986, 13ª ed), registra os verbetes **variação**, **variantes** e **variável**, mas se estende na conceituação apenas do termo **variação**. Vejamos:

Consequência da propriedade da linguagem de nunca ser idêntica em suas formas através da multiplicidade do discurso (v.). essa variação real é compensada por uma invariabilidade imanente, que faz de cada realização, a rigor diferente de qualquer outra, a apresentação de uma invariante que é o seu PADRÃO. Assim, sob a variação incessante dos discursos há a invariabilidade de um modelo, a que essa variação se refere, e cujo sistema constitui a LÍNGUA, no sentido em que Saussure a opunha a discurso. cada elemento padronizado da língua tem as suas VARIANTES; há assim as variantes do fonema (v.), do morfema (v.), do semantema (v.) e dos padrões frasais (v. oração). A variação pode ser livre, quando decorrente da própria impossibilidade de se repetir uma forma sempre exatamente da mesma maneira e de se chegar a uma identificação absoluta de realização entre todos os falantes de uma língua, ou pode ser estilística (v.) quando há a intenção do apelo e da manifestação psíquica (v. linguagem). por outro lado, a variação posicional decorre de uma assimilação geral (v.) dentro do contexto.

Há algumas observações a serem feitas, a partir da conceituação apresentada por Mattoso Câmara Jr. O conceito de discurso aparece na definição do verbete e isso revela uma consideração do autor em relação ao que ele denomina, no próprio Dicionário (1986, p. 99) como "a atividade linguística nas múltiplas e infindáveis ocorrências da vida do indivíduo. É, portanto, a língua (v.) atualizada num momento dado, por um dado indivíduo, quer como FALA (discurso oral), quer como ESCRITA (discurso escrito)." Ele também destaca esse caráter invariável do PADRÃO da língua, o que reforça a existência do que temos como variação real. No que se refere à língua, entendemos que é a partir dela, como sistema linguístico, que acontece a variação. É por ela que a variação passa e se concretiza nos meios sociais. O autor também aborda a questão das variantes e destaca os elementos segmentadores da nossa gramática (fonema, morfema, semantema, padrões frasais e oração), demonstrando uma relação de integração entre eles. Quanto à variação livre, Mattoso Câmara Jr. traz uma definição bem semelhante à de Dubois et al (1973), mas a diferencia da variação estilística, porque a associa a sua realização quando há intenção de apelo e da manifestação psíquica. Entendemos, assim, que essa variação ganha uma outra abordagem mais emotiva, subjetiva, realizada pelos usuários da língua. Sem muito explicar, o autor traz o que chama de variação posicional. Podemos inferir que o fato de ele trazer o contexto, na breve explicação, já nos oferece pistas para entendermos que os interlocutores e a situação de acontecimento da língua estão relacionados também à variação.

Em Azeredo (2002), apesar de não ser um dicionário, mas se tratar de um livro de Fundamentos de Gramática do Português, temos apenas o registro do verbete **variação linguística**, no índice remissivo, e apontado em duas páginas do livro (75 e 79) - os demais (**valor**, **variante**, **variável** e **variedade**) não são destacados. Na primeira remissão "A língua como criação histórica e como instituição social", temos a seguinte passagem:

75. Por outro lado, uma mesma pessoa é capaz de utilizar diferentes "estilos" ou registros de língua conforme o contexto ou as finalidades de comunicação: quando se dirige a um adulto ou quando fala a uma criança, quando fala a pessoas reunidas em um auditório ou quando conversa descontraidamente com um amigo íntimo, quando escreve uma carta de candidato a um emprego ou quando comparece para uma entrevista com esse mesmo objetivo, quando relata um acontecimento ou quando dá um conselho a alguém.

Uma língua não pode, portanto, ser uniforme, homogênea. Ao contrário, ela se revela extraordinariamente versátil e adaptável, a fim de que possa cumprir, ao mesmo tempo, como é de sua natureza, as funções de meio de expressão de todos os conteúdos que a mente humana é capaz de conceber, e de meio de comunicação desses conteúdos nas mais diversas situações e para os mais variados fins.

Estas e outras muitas espécies de variação mais ou menos evidentes podem ser agrupadas em duas principais ordens: (a) os dialetos, que são as variedades de uma língua devidas à identidade do indivíduo ou "usuário" - onde nasceu e aprendeu a falar, que idade tem, a que grupo socioeconômico pertence - e (b) os registros, que são as variedades relacionadas com o uso que cada um faz da língua de acordo com o contexto social de comunicação: onde utiliza a linguagem, a quem se dirige e para quê se comunica. (AZEREDO, 2002, p. 42)

Primeiramente, Azeredo destaca a questão dos estilos e dos registros que utilizamos e nos faz refletir sobre a importância de que cada situação comunicativa nos levará a um determinado uso da língua. Ela é, ela está e nos apropriamos de todo seu aparato, de acordo com as nossas intenções e os nossos propósitos interacionais. Em seguida, o autor destaca a versatilidade e a adaptabilidade da língua, comprovando que é, de fato, essas características que nos possibilitam usar a língua de diversas formas, com variadas construções, em todos os contextos. Por fim, o autor agrupa as variações em duas ordens e também chama de variedades: dialetos e registros, dando aos dialetos o caráter de identidade linguística do indivíduo e aos registros o uso também individual, mas considerando o contexto, a interlocução e a comunicação.

Notamos que, para o autor, a língua é como é porque possui seu caráter simbólico, interacional, incorporando a cultura no homem e o inserindo no meio sociocultural. É a língua um bem de todos, para todos e é na interação social que reside a sua razão de existir. Resgatando algumas palavras do autor, pensamos que "as palavras não significam sozinhas; sua capacidade de exprimir um significado comum aos interlocutores não depende só delas, mas também das combinações que as envolvem e do contexto situacional em que elas são utilizadas". (AZEREDO, 2018, p. 59)

Na segunda remissão "Registro", Azeredo (2002) destaca:

79. Entende-se por *registro* a variação da língua segundo o uso, ou seja, *a propriedade que a língua tem de variar formalmente de acordo com as características do contexto discursivo*, que como vimos nos itens 55-60, compreende:

- * as **condições discursivas** (que fornecem os princípios reguladores do direito à palavra, fundamentando a distinção entre discurso planejado e discurso espontâneo);
- * a **situação discursiva** (que define os papéis sociais dos participantes);
- * o **campo discursivo** (relativo ao domínio de conhecimento em que o discurso se processa: científico, leigo, religioso, político etc.).

O autor ainda nos oferece 2 exemplos, mas aqui nos interessa destacar a parte mais conceitual sobre o que ele relaciona à variação. Interessante Azeredo apontar, em sua definição sobre registro, duas palavras-chave: uso e contexto. Sobre o uso, a sua relação com a variação da língua é que determinará o registro; já sobre o contexto, esse será determinante para que a língua possa variar, tendo como parâmetros as suas características contextuais: as condições discursivas, a situação discursiva e o campo discursivo. Nossa observação se concentra, inicialmente, em perceber que Azeredo traz o discurso, de forma mais integrada e aplicada à variação. Esses três fatores estarão intimamente ligados à produção da atividade discursiva, resultando no que chamamos de texto, percebendo sua constituição monologal ou interlocutiva, os propósitos comunicativos dado quem são os interlocutores e ainda o domínio linguístico que cada um possui para constituição dos variados textos. Há de se mencionar que, apesar de na Gramática Houaiss da Língua Portuguesa (2018) não conter, no seu índice remissivo, o verbete variação, consideramos importante um trecho com que Azeredo encerra o "Terceiro Capítulo: Variação, Mudança e Unidade da Língua":

Cabe a cada usuário da língua avaliar o contexto de uso e escolher a forma de expressão mais apropriada. Afinal, paralelamente à sua condição de sistema de unidades e regras combinatórias, a língua é expressão da imagem que os interlocutores fazem da situação social em que se encontram - ou seja, uma forma de comportamento - e como tal requer de seus usuários discernimento para adequar as formas que empregam à situação e à finalidade do ato comunicativo. É nisso que consiste a competência verbal de um cidadão. (AZEREDO, 2018, p. 72)

Com base no trecho acima citado, concordamos que, para além das suas especificidades, a variação acontece porque temos os contextos de uso e as intencionalidades comunicativas de cada usuário. Cada interlocutor apresenta e se comporta linguisticamente porque tem em mente esses fatores. E, de alguma forma, tornamo-nos mais competentes, do ponto de vista linguístico, à medida que sabemos lidar com o caráter variacional da língua.

A variação e os usos da língua

Em termos genéricos, uma explicação possível dos cinco termos inicialmente mencionados seria: a *variação* é a consequência da propriedade que as línguas possuem de mudar no tempo e no espaço, ou seja, é o fenômeno da mudança linguística propriamente dita, manifestada através das *variedades* (regionais e sociais, por exemplo). A *variável* é o lugar da variação, isto é, em que categoria genérica da língua acontece. Geralmente, ela é expressa através de metalinguagem gramatical que a situa no conjunto de fatos da língua, como, por exemplo, no português do Brasil, a concordância entre o verbo e o sujeito: Eles gostam de bolo/ Eles gosta de bolo. Trata-se, portanto, de duas *variantes*, duas alternativas possíveis e semanticamente equivalentes: a marca de concordância no verbo ou a ausência da marca de concordância. Nesse caso, ambas as variantes podem ocorrer na fala das pessoas, sejam elas alunos da educação básica ou pessoas analfabetas. O que é importante constatar é que a abertura para a consideração da existência de variantes tem limite, isto é, as formas que concorrem na categoria variável não podem mudar o significado da palavra ou do sintagma, já que a variante é na forma. Cabe lembrar que, a essas formas linguísticas alternativas apontadas nos exemplos dados acima, os falantes atribuem *valores* que podem ser apontados, respectivamente, como adequado no português formal e inadequado nessa mesma variedade, dependendo da situação

comunicativa. Nesse caso, cabe ao sociolinguista descobrir os contextos que motivam essa variação linguística.

Batista da Silveira e Machado Vieira (2015) chamam atenção para um outro aspecto: o conceito de adequação, segundo Labov (2003). Para ele, a questão do adequado e inadequado atinge uma reflexão mais profunda como, por exemplo, no caso de “Eu vi ele” e “Eu o vi”. Labov não considera essas variáveis como inadequadas, pois elas têm teor comunicativo, visto que esse tipo de construção sintática não compromete a competência comunicativa do falante. No entanto, para o autor, em variáveis do tipo “Uma árvore, um árvore, árvore uma e árvore um”, o autor verá inadequação, porque essas expressões não estão respeitando as regras combinatórias do português fundamentais para a comunicação em português.

Como vimos acima, a diversidade e a variação são características inerentes aos sistemas linguísticos e se tornam também objeto de estudo com o advento da Sociolinguística. Além do que já vimos sobre o fenômeno da variação, é preciso destacar que o estudo dos processos de variação e mudança também permite que se estabeleçam três tipos importantes de variação linguística, a saber: 1- variação diatópica, de cunho geográfico, relacionada às diferenças linguísticas distribuídas no espaço físico. Essas variantes acontecem em todos os planos da linguagem, no léxico, por exemplo, temos sacolé (no Rio de Janeiro), geladinho (em São Paulo ou Brasília), dindim (no Nordeste); 2- variação diafásica, de cunho de registro, ocorre de acordo com o contexto comunicativo. Nessa faixa, estão todas as ocorrências ligadas ao maior ou menor monitoramento da fala em situações mais formais e menos formais. É aqui que a noção de valor se torna mais evidente. Uma delas é a variação nos pronomes pessoais na 1ª pessoa do plural, ilustrada com o verbo “comer”: “nós comemos/ a gente come”, usada como variantes do presente do indicativo; 3- variação diastrática, de cunho social, ocorre entre os estratos sociais, isto é, entre as faixas da população com nível escolar, financeiro, faixa etária diferenciados, isto é, de acordo com a identidade dos falantes. Exemplo dessa variação são os termos técnicos ou gírias empregados por um grupo específico de pessoas. Certamente, todos nós tendemos a falar de modo semelhante aos nossos iguais, isto é, aos membros de nossa própria comunidade linguística e de nosso próprio grupo social.

Até aqui, realizamos uma breve apresentação das diferentes situações de uso da língua e é possível perceber que os contextos situacional, geográfico e social são responsáveis por uma série de variações linguísticas. Em continuidade, passemos para alguns exemplos de abordagem da variação no nível da morfologia e da sintaxe – fenômenos morfossintáticos –, buscando

explorar a variação e seus reflexos nas ocorrências linguísticas. Sabemos que a sintaxe e a morfologia são assuntos interligados e, por isso, em relação aos fenômenos da variação, muitas vezes, ela ocorre no nível morfológico e sintático, ao mesmo tempo. Tomemos como exemplo um trecho da canção “*Deixa a vida me levar*”, de Serginho Meriti e Eri do Cais, interpretada por Zeca Pagodinho.

E deixa a vida me levar
Vida leva eu
Deixa a vida me levar
Vida leva eu
Deixa a vida me levar
Vida leva eu
Sou feliz e agradeço
Por tudo que Deus me deu.

Ao observarmos o verso “*Vida leva eu*”, veremos que o mesmo fenômeno acontece em ocorrências como “*amo ela*”, “*vi ela*”, “*pega nós*”, dentre outros que são formados em diferentes variedades do nosso dia a dia. É comum, inclusive, que os falantes brasileiros utilizem os pronomes pessoais do caso reto após o verbo, em função de objeto, como vimos acima. Nesses casos, também percebemos que determinadas formações podem expressar alguns estranhamentos fonológicos, na ocorrência de suas pronúncias.

Ainda observando algumas canções, temos também a clássica mistura da 2ª e 3ª. pessoa do singular, por exemplo, nos versos da canção de Chico Buarque, “*Quem te viu, quem te vê*”, em que o autor faz conviver na letra o *você* e o *tu*.

Hoje o samba saiu... procurando *você*
Quem *te* viu, quem *te* vê
Quem não *a* conhece, não pode mais ver pra crer
Quem jamais *a* esquece, não pode reconhecer.

Um outro exemplo de variação morfossintática, no nível da concordância verbal, é o apagamento do fenômeno da redundância em que sufixo número-pessoal é colocado no final do verbo para concordar com o pronome a que ele se refere. Ficando, numa espécie de fronteira entre variedade diafásica e diastrática, quase toda conjugação dos verbos no presente do indicativo se reduz à 3ª pessoa do singular, exceto a 1ª pessoa que tem uma marca pessoal, como se pode verificar: variedade diafásico-diastrática padrão - *eu canto, tu cantas, ele canta,*

nós cantamos, vós cantais, eles cantam; variedade diafásico- diastrática não padrão - eu canto, tu canta, ele canta, nós canta, vós canta, eles canta.

Por fim, um outro exemplo marcadamente diastrático é o já “consagrado” “é nós” em que a posposição do sujeito incentiva mais ainda o falante a diminuir o número de sílabas do verbo. Se fosse enunciado “somos nós”, com certeza, não teríamos a marca apelativa que a concordância no singular dá à expressão. Em suas ocorrências, o “é nós”, na maioria dos casos, aparece com um complemento; “é nós na fita!”, “é nós, mano!”, dentre outros. Isso comprova a expressividade também contida no fenômeno variacional, colaborando para a potencialidade da língua em uso.

Considerações (quase) finais

O traçar de um panorama analítico-histórico e outro contemporâneo sobre a variação nos permite entender como esse fenômeno é tão presente e vital para que a língua se desenvolva e possa expressar todas as possibilidades de suas ocorrências. Olhar para os componentes da variação e perceber as contribuições que cada um oferece nos variados contextos comunicativos é dar conta de que estamos e estaremos sempre em plena evolução e expansão linguística.

Destacamos a importância de cada autor/dicionarista/pesquisador, ao longo da história dos estudos linguísticos, e o quanto cada um, com suas observações, apontamentos, reflexões, pode contribuir para que pudéssemos constatar a riqueza de detalhes, de características, de traços distintivos e semelhantes cada um pode apontar, de acordo com suas análises, em suas épocas. É magistral como esses pesquisadores registraram seus conhecimentos acerca da variação e puderam/podem nos auxiliar em pesquisas sobre o tema em questão. Outros estudiosos se debruçaram/debruçam nesse tema da variação, mas aqui nosso propósito é trazer luz ao que os autores já mencionados ao longo do texto trouxeram de contribuições e, assim, destacar suas ideias.

Ousamos afirmar que, a partir desse estudo, é possível entender o quanto de expressividade está contida em cada ato variacional, em cada uso linguístico. O ser humano é dotado de inteligência e é com ela que consegue formar e reformar as palavras, as expressões, as frases e toda sua forma de comunicação. Entender os processos variacionais é poder perceber que a nossa língua é viva, mutante e pulsante e toda forma de variar vale a pena, desde que as

construções respeitem o estatuto da língua. Nesse sentido, para que tudo isso aconteça; variar é preciso!

Referências

AZEREDO, J. C. de. *Fundamentos de Gramática do português*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

AZEREDO, J. C. de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Publifolha-Instituto Houaiss, 2018.

BATISTA DA SILVEIRA, E. F.; MACHADO VIEIRA, M. dos S. O Tratamento da relação entre variação, mudança e gramática em livros didáticos do ensino médio. *Signum: Estudos da Linguagem*, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 10–36, 2015. DOI: 10.5433/2237-4876.2015v18n1p10. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/18342>. Acesso em: 25 fev. 2025.

CÂMARA Jr., J. M. (1986). *Dicionário de Lingüística e Gramática*: referente à língua portuguesa, 15. ed., Petrópolis: Vozes.

COELHO, F. A. C. As orientações curriculares do Ensino Médio, as práticas de linguagem e a formação do professor. In: ASSIS, Eleone Ferraz (org.). *Caminhos para a educação linguística*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

DUBOIS, J. E. AL et al. *Dicionário de Linguística - Nova Edição*. 2. Edição ed. São Paulo, SP: Cultrix, 2014.

LABOV, W. Some Sociolinguistic Principles. In: PAULSTON, C.B. e TUCKER, G. R. (orgs.) *Sociolinguistics*. The essential Readings. Blackwell Publishing, 2003.

KOCH, I. G. V. *Introdução à Linguística Textual*: trajetória e grandes temas. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual*: análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MATTOS e SILVA, R. V. *O português são dois... Novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola, 2007.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso*: princípios & procedimentos. 10. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e interação* - Uma proposta para o ensino de gramática. 13a. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Recebido em: 27 de fevereiro de 2025.

Aceito em: 27 de abril de 2025.